

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA DEZ DE ABRIL DE**
3 **2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E**
4 **CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO:14h00min. QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a
5 presença dos conselheiros (as): Maria Martins Silva Gomes (representante da sociedade civil –
6 Associação Natal Justino da Costa); Severina Alda Aguiar (representante da sociedade civil -
7 Núcleo dos Assistentes Sociais); Rubia Janaina da Silva Rodrigues (Representatividade da
8 Sociedade Civil – APAE); Vanilda Martins de Melo Duarte (representatividade da sociedade civil -
9 Abrigo Frei Anselmo); Elizênia Gomes Camacho (representação entidade assistencial - Associação
10 Mão Amiga -titular); Maria Geralda Araújo (Representatividade do Governo – Secretaria Municipal
11 da Fazenda); Otácia Alves da Rocha (representante do governo – SEMED); Lucidalva Barreto dos
12 Santos (representante da sociedade civil - Núcleo dos Assistentes Sociais). Ainda presentes, Isabel
13 Aparecida Cruz Randi e Thaís Pereira Souza da Costa, técnicas da SEMDESC, Kamilla de Souza
14 Sales e Larissa Carolina Barros Menezes, Assessora Especial e Chefe da Divisão dos Conselhos
15 ligados à Área Social, respectivamente e como convidada, Dilma das Graças Queiros, assistente
16 social do Abrigo Frei Anselmo. A presidente Lucidalva iniciou a reunião agradecendo a presença
17 de todos, procedendo ao primeiro ponto de pauta: "*Relatórios SIM SUAS referentes ao mês de*
18 *março/2014*". Isabel esclareceu que na semana de preenchimento do relatório, o endereço eletrônico
19 do SIMSUAS apresentou erro quando no seu acesso e até o momento permanece sem solução, por
20 isso, não foi possível apresentar a forma impressa, repassada ao governo estadual, para o conselho.
21 No entanto, apresentou os relatórios mensais, que dão base ao preenchimento do SIMSUAS,
22 encaminhados aos unidades de Cras e Creas e preenchido por esses. Os conselheiros presentes,
23 aceitaram deliberar através dos relatórios apresentados, considerando que estes possuem as mesmas
24 informações requeridas pelo Estado. A conselheira Alda questionou os dados repassados, referentes
25 ao acompanhamento familiar, refletindo que o numero de famílias acompanhadas está acima da
26 capacidade de atendimento da equipe atual. Isabel esclareceu, que os dados são computados por
27 cada unidade e encaminhados a equipe técnica da SEMDESC, não havendo interferência técnica na
28 contagem dos dados, apenas orientação quanto ao preenchimento, pois a responsabilidade na
29 elaboração dos mesmo é inteiramente da equipe técnica de referencia de cada equipamento.
30 Considerando o exposto pela conselheira, a presidente Lucidalva sugeriu que seja convidado um
31 técnico de cada equipamento de Cras e Creas, para próxima reunião, com intuito de que possam
32 esclarecer a forma de contagem dos dados e elaboração dos relatórios. A sugestão foi acatada por
33 todos conselheiros. Seguindo a leitura dos relatórios, a presidente Lucidalva repassou, ao demais
34 conselheiros, os dados de atendimento de cada unidade, sendo Cras Polo 1, Cras Polo 2, Cras Polo 3
35 e Creas, o qual também contabiliza os dados das unidades de alta complexidade. Foi mencionado
36 acerca do benefício do cartão das Cozinhas e Padarias, que fornece gratuitamente refeições de

37 qualidade à famílias em situação de risco nutricional, acompanhadas pelos Cras. A presidente
38 questionou acerca dos relatórios desse serviço que eram encaminhados ao CMAS e que não estão
39 sendo apresentados. As técnicas da SEMDESC explicaram que o serviço estava sendo direcionado
40 por nutricionista da SEMDESC e que este profissional não se encontra mais disponível na mesma.
41 Dessa forma, foi agendada visita da Comissão Permanente de Fiscalização, Monitoramento e
42 Avaliação, para próxima quarta-feira, dia dezesseis, de manhã, às Cozinhas e Padarias
43 Comunitárias, para posterior devolutiva ao gestor. Em relação ao valor presente na conta referente
44 ao Piso Mineiro, no final do mês de março, foi encaminhado saldo de R\$ 119.668,53 (cento e
45 dezenove mil seiscientos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos). Foi informado que os
46 kits natalidades foram licitados e que a compra destes, será realizada através da empresa licitada.
47 Após leitura de cada relatório, colocou-se em apreciação da seguinte forma: Lucidalva (aprova);
48 Maria (aprova); Rubia (aprova); Elizenia (aprova); Vanilda (aprova); Otacilia (aprova) e Maria
49 Geralda (aprova). Passando ao segundo ponto de pauta " *Relatórios das comissões sobre as visitas*
50 *institucionais*", A comissão que se responsabilizou pelas visitas às unidades de alta complexidade,
51 Casa Lar e Mão Amiga, ao Cras 1 e 2, não apresentou relatório conclusivo, ficando para próxima
52 reunião a entrega e leitura desses. A presidente pediu que os conselheiros se comprometam na
53 entrega, para que se possa apresentar as conclusões desse trabalho na audiência pública do CMAS,
54 que ocorrerá no dia 29 de abril. Seguindo ao terceiro ponto de pauta " *Audiência Pública*",
55 Lucidalva disse que é necessário adiantar a reunião com as entidades inscritas, as quais apresentarão
56 seus trabalhos, para o dia dezesseis deste mês às 12h30min, para que se possa organizar melhor as
57 apresentações. Como " *Informes Gerais*", Lucidalva leu aos presentes o ofício da empresa São
58 Cristovão, na data de 14 de março de 2014, acerca da solicitação de isenção de passagem a pessoa
59 com deficiência. Tendo sido negada pela empresa e sugerido que seja encaminhado o pedido à
60 Prefeitura Municipal de Paracatu-MG, a qual possui convenio com a empresa. A presidente
61 esclareceu que as orientações devidas foram encaminhadas ao corpo técnico da APAE, a qual
62 atende a pessoa em questão. Apresentou também o ofício da empresa CTE, de 20 de março de 2014,
63 que esta responsável pelo monitoramento da PCH Unai Baixo, o qual encaminha relatório trimestral
64 deste ano de 2014. Lucidalva sugeriu que o relatório seja encaminhado a comissão que acompanha
65 os PAS, sendo realizado o sugerido. Apresentou ainda o Relatório Anual 2013 e Plano de Ação
66 2014 da APAE. Solicitou-se que estes relatórios sejam guardados juntamente com os outros que
67 chegarem das entidades inscritas, para que após o dia 30 de abril, data limite de entrega desses, a
68 comissão de análise de pedido de inscrição, possa analisar cada documento e fornecer devolutiva as
69 entidades. Após leitura dos documentos, solicitou-se que fosse incluída na pauta do dia, a leitura
70 para apreciação, de minuta de resolução que regulamenta o benefício natalidade, a qual foi
71 elaborada pela comissão de benefícios eventuais, técnicos da SEMDESC e de equipamentos.
72 Acatada a solicitação, a presidente procedeu a leitura da minuta. Após leitura, houve

73 questionamento acerca da utilização dos prontuários SUAS, os quais deverão ser utilizados com as
74 famílias acompanhadas dos Cras, porém foi informado que as técnicas dos Cras alegaram não
75 estarem utilizando com frequência o documento. Questionou-se ainda a importância de se
76 estabelecer departamento e profissionais responsáveis pela execução desse benefício, considerando
77 a forma atual de execução dos outros benefícios existentes e as reclamações apresentadas pelos
78 técnicos das unidades, na reunião de comissão. Diante essa reflexão, a presidente sugeriu que a
79 resolução possa ser feita conjuntamente com a SEMDESC, visto a importância da existência de
80 estrutura física para executar o presente benefício. Outra questão levantada, foi a respeito do
81 trabalho desenvolvido pela "casa de apoio a gestante" desenvolvido pelo Cras Polo 2, através de
82 serviço de convivência que oferta enxoval confeccionado no local, às gestantes acompanhadas. A
83 comissão havia refletido sobre a incoerência da oferta de dois enxovais e da importância da oferta
84 padronizada e regulamentada. Foi solicitado que seja incluído dentro da minuta, no art. 4º, um
85 parágrafo único com os seguintes dizeres: "Não será permitido qualquer outra forma de concessão
86 de benefício natalidade no âmbito da assistência social municipal, incluindo todos seus
87 equipamentos de referencia, não gerando formas diferenciadas de atendimento e/ou duplicidade de
88 concessão para o referido benefício". Foi decidido que será encaminhado ofício à SEMDESC para
89 que essa oriente os técnicos do Cras Polo 2 para desenvolverem ações de convivência, com
90 introdução das gestantes acompanhadas, porém que não haja mais o investimento e confecção em
91 enxovais para recém-nascido, visto que será disponibilizado a este público o kit natalidade
92 regulamentado através de resolução. Por essa razão optou-se por convidar o gestor para próxima
93 reunião, com o intuito de analisar e instituir resolução conjunta CMAS/SEMDESC para o benefício
94 eventual, na modalidade natalidade. Após, a conselheira Alda solicitou a palavra para apresentar
95 documento ao conselho acerca do projeto de lei do executivo, que cria vagas e cargos ao quadro de
96 recursos humanos da Prefeitura Municipal de Unaí-MG. Alda esclareceu que há falta de
97 profissionais no município e que o projeto de lei não cria vagas suficientes para as unidades da
98 assistência social. Desse modo, procedeu a leitura do referido projeto e pediu apoio deste conselho
99 para que se pronuncie junto ao poder público municipal, encaminhando documento que contabilize
100 de fato as divergências que esse projeto de lei pode criar e as reais vagas necessárias para o
101 funcionamento mínimo de cada unidade. Desse modo o conselho procedeu a contagem de vagas
102 necessárias, baseando-se nas orientações técnicas do governo federal. Uma das observações foi
103 acerca das vagas a serem criadas para pedagogos, sendo quatro vagas. Uma das questões levantadas
104 foi que o atual trabalho desempenhado por estes profissionais, não é considerado contínuo, apenas
105 para profissional de unidades de acolhimento, do mesmo modo seria para vagas de instrutores de
106 informática e artesanato, pois estes atualmente não desenvolvem atividades contínuas. Assim,
107 acredita-se que a necessidade é de uma vaga de pedagogo para Casa Lar e converter as outras vagas
108 para psicólogo e assistente social. Desse modo ficou assim estabelecido a necessidade de 14

109 assistentes sociais, sendo três para o Cras Polo 1 e equipe volante, dois para Cras Polo 2, um para
110 Cras Polo 3, três para Creas, um para serviço de acolhimento (Casa Lar 1 e 2), um para SEMDESC,
111 dois para Cadúnico e um para Habitação; 07 Psicólogos, sendo: dois para Cras 1 e equipe volante,
112 um para Cras 2, um para Cras 3, dois para Creas e um para serviço de acolhimento (Casa Lar 1 e 2),
113 além de um nutricionista para segurança alimentar e um advogado para o Creas, cargo este
114 obrigatório frente o governo federal. Nos cargos de nível médio, para agente social, cria-se 06
115 vagas, sendo quatro para os Cras e dois para o Creas. Além do exposto a conselheira Alda disse
116 repudiar a baixa participação da representação do governo nessa reunião. Sem mais, não tendo nada
117 mais a tratar, a presidente Lucidalva Barreto dos Santos encerrou a reunião agradecendo a presença
118 de todos, e eu, Thaís Pereira Souza da Costa, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os
119 presentes. ENCERRAMENTO:16h20min.